Sumário

Agradecimentos 7

Introdução 15

Capítulo 1. Relação Jurídica e Direito Administrativo: primeira aproximação 19

1.1. Conceito de relação 23

1.2. Relação jurídica como noção fundamental do Direito 27

1.2.1. Teoria intersubjetiva 29

1.2.2. Teoria da interconexão 32

1.2.3. Teoria normativa 33

1.2.4. Teoria da homogeneidade 35

1.2.5. Teoria da complexidade 36

1.2.6. Teoria fenomenológica 37

1.2.7. Teoria sociológica 38

1.2.8. Negação da relação jurídica em Léon Duguit 40

1.2.9. Estágio atual da teoria da relação jurídica 41

1.2.9.1. A relação jurídica é criada pelo direito, não constituindo uma relação social juridicamente reconhecida 41

1.2.9.2. É conveniente diferenciar relação jurídica em sentido amplo e relação jurídica em sentido estrito 43

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.2.9.3. A relação jurídica vincula sujeitos de direito, não pessoas 45

1.2.9.4. Há diversos tipos de relações jurídicas. Classificações 45

1.2.9.5. O binômio direito-dever não esgota todas as possibilidades de conteúdo para a relação jurídica 49

1.2.9.6. Toda relação jurídica tem uma causa intrajurídica 50

1.2.9.7. A relação jurídica, na verdade, é uma relação entre condutas 50

1.2.9.8. Relação jurídica não se confunde com situação jurídica subjetiva 50

Capítulo 2. Função Dogmática da Relação de Administração Pública 64

2.1. Posição neutral 65

2.2. Posição negativista 68

2.3. Posição afirmativista 70

2.3.1. Afirmativismo impróprio 70

2.3.2. Afirmativismo relativo 71

2.3.3. Afirmativismo absoluto 72

2.4. Vantagens da adoção do instituto (nossa posição) 76

Capítulo 3. Conceito de Relação de Administração Pública 79

3.1. Conceitos doutrinários 81

3.1.1. Critério subjetivo 82

3.1.1.1. Crítica ao critério subjetivo 83

3.1.2. Critério misto 83

3.1.2.1. Crítica ao critério misto 84

3.1.3. Critério formal 84

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2. Nosso conceito 86

3.2.1. Análise dos elementos conceituais 87

3.2.1.1. Vínculo jurídico regido pelo Direito Administrativo 87

3.2.1.2. Surge como efeito direto da lei ou da prática de ato administrativo 88

3.2.1.3. Consistente na ligação concreta e imediata entre dois ou mais sujeitos de direito 88

3.2.1.4. Pelo menos um dos sujeitos encontra-se no exercício da função administrativa 88

3.2.1.5. Caracterizado pela existência de um complexo de poderes e deveres unidos em torno de uma finalidade pública 89

Capítulo 4. Espécies de Relação de Administração Pública 90

4.1. Classificações doutrinárias 91

4.1.1. Posição de Héctor Jorge Escola 91

4.1.2. Posição de Guido Landi e Giuseppe Potenza 92

4.1.3. Posição de José Garcia-Trevijano Fos 93

4.1.4. Posição de Guido Zanobini 94

4.1.5. Posição de Arturo Lentini 96

4.1.6. Posição de Harmut Maurer 96

4.1.7. Posição de Norbert Achterberg 97

4.1.8. Posição de Roberto Dromi 99

4.1.9. Posição de Rafael Cuesta 100

4.1.10. Classificação de Vitalino Canas 101

4.1.11. Posição de Marcello Caetano 102

4.2. Classificação das relações da Administração Pública 105

4.2.1. Quanto ao alcance 105

4.2.2. Quanto à estrutura 105

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.2.3. Quanto à presença da Administração 106
4.2.4. Quanto ao objeto 106
4.2.5. Quanto à duração 106
4.2.6. Quanto às partes envolvidas 106
4.2.7. Quanto à reciprocidade 107
4.2.8. Quanto aos efeitos 107
4.2.9. Quanto à posição das partes 108
4.2.10. Quanto ao nível de organização 109
4.2.11. Quanto ao regime jurídico 110

Capítulo 5. Situações Jurídicas Subjetivas no Direito Administrativo 113
5.1. Situações subjetivas ativas e passivas 113
5.2. Situações subjetivas e *status* 115
5.2.1. *Status* geral de Administração Pública 117
5.2.1.1. Condições objetivas da Administração Pública 117
5.2.2. *Status* geral de administrado 119
5.2.2.1. Condições objetivas do administrado 119
5.3. Diferentes graus de intensidade nas situações subjetivas 121
5.4. Panorama geral das situações subjetivas no Direito Administrativo 122
5.5. Situações subjetivas ativas: as diversas modalidades de poderes 124
5.5.1. Direito subjetivo 125
5.5.2. Potestade ou poder *stricto sensu* 132
5.5.3. Interesse legítimo 133
5.5.4. Interesse simples 134
5.5.5. Expectativa de direito 134
5.5.6. Poderes-deveres 135

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.5.7. Prerrogativas funcionais 135
5.5.8. Direito adquirido 135
5.6. Situações subjetivas passivas: as diversas modalidades de deveres 136
5.6.1. Obrigação 137
5.6.2. Dever *stricto sensu* 138
5.6.3. Sujeição 138
5.6.4. Encargo 138
5.6.5. Ônus 138
5.6.6. Carga 139

Capítulo 6. Estrutura, Criação e Extinção da Relação Jurídico-Administrativa 141
6.1. Elementos da relação jurídico-administrativa 141
6.1.1. Motivo da relação jurídico-administrativa 141
6.1.2. Sujeitos da relação jurídico-administrativa 142
6.1.3. Conteúdo da relação jurídico-administrativa 143
6.2. Nascimento da relação de Administração Pública 144
6.3. Modificação da relação de Administração Pública 146
6.4. Extinção da relação de Administração Pública 146

Referências 149

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br